

HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA: POSSIBILIDADES E IMPOSSIBILIDADES NA APLICAÇÃO DA LEI 10.639/2003

Angela Cordeiro Medeiros*
Eduardo Ribeiro de Almeida**

RESUMO

Fruto das constantes reivindicações do movimento negro no Brasil, a Lei 10.639/2003, aprovada pelo Presidente Lula, estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos educacionais do país. É o reconhecimento da influência das muitas culturas africanas na formação da cultura nacional. Entretanto, dentro de um conturbado contexto sócio-econômico e político no país, a aplicabilidade da Lei envolve problemas relacionados com conteúdo, preparação dos professores, material didático e as controvérsias existentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais. O presente artigo discute estes problemas e aponta algumas possibilidades de solução sem pretensão de esgotar o tema.

Palavras-Chaves: África, Lei 10.639/2003, Cultura Afro-Brasileira, Educação.

ABSTRACT

As a result of the constant demands from the Afro-Movement in Brazil, Law No. 10.639/2003, sanctioned by President Lula, establishes the teaching of Afro-Brazilian History and Culture in schools across the country. It is the acknowledgement of the influence of several African cultures in the formation of national culture. However, within the country's socio-economic and political context, the applicability of the Law entails complications related to the syllabus, teachers' training, didactic material and the controversies within the National Curricular Parameters. This article discusses some of those problems and points to some solutions without meaning to exhaust the subject.

Keywords: Africa, Law No. 10.639/2003, Afro-Brazilian Culture, Education

RESUMEN

Fruto de las constantes reivindicaciones del movimiento negro en Brasil, la Ley 10.639/2003, aprobada por el Presidente Lula, establece obligatoriedad de la enseñanza de Historia y Cultura Afro-Brasileña en los establecimientos educativos del país. Se trata del reconocimiento de la influencia de las diversas culturas africanas en la formación de la cultura nacional. No obstante, dentro del conturbado contexto socio-

económico y político del país, la aplicabilidad de la Ley involucra problemas relacionados con el contenido, la preparación de los profesores, el material didáctico y los conflictos existentes en los Parámetros Curriculares Nacionales. El presente artículo aborda estos problemas y apunta algunas de sus posibles soluciones, sin la pretensión de agotar el tema.

Palabras-Claves: África, Ley 10.639/2003, Cultura Afro-Brasileña, Educación.

No Brasil, um país predominantemente marcado pela miscigenação, a definição de uma identidade nacional é deveras controversa. Das três principais influências atuantes durante o desenvolvimento do povo brasileiro – a ameríndia, a europeia e a africana – ora sobressaem-se individualmente, em espaços determinados, ora amalgamam-se e produzem um novo modelo detentor de aspectos próprios às três fortes culturas. Percebe-se, por parte de alguns, a concessão de distintas participações e funções nesta construção de identidade nacional, originando uma verdadeira representação limitante e preconceituosa, que constantemente desconsidera a importância das culturas indígena e africana na sociedade. Por conta de insistentes reivindicações através de décadas, nas quais foi fundamental a participação de movimentos organizados, foi aprovada uma Lei que obriga a inclusão no currículo do ensino fundamental e médio, tanto na rede privada quanto na particular, do ensino de Cultura e História Afro-brasileira. O presente artigo busca discutir as dificuldades na aplicabilidade dessa Lei.

O verbete do dicionário Houaiss para cultura – “conjunto de crenças, costumes, atividades, etc, de um grupo social” – amplia o conceito de tal forma que, no caso estudado, desfavorece sua compreensão por propiciar uma idéia de generalização dos assuntos relacionados à cultura Afro-brasileira. Costuma-se dizer que a religião é o candomblé, que a música é o samba e que a comida é a feijoada. Tudo muito simplificado, limitado e, até mesmo, erroneamente colocado aos estudantes. A herança de uma educação branca e eurocêntrica condicionou a formação dos profissionais do ensino a temas afastados das outras culturas, gerando um despreparo dos educadores em relação à África, o que se reflete nos livros didáticos e em suas aulas. O conteúdo da disciplina História é extenso e privilegia os assuntos costumeiramente abordados, legando à superficialidade os que não são compreendidos ou pouco dominados.

Fruto de um projeto de autoria dos Deputados Federais Ester Grossi (educadora) e Ben-Hur Ferreira (ativista do movimento negro), apresentado em 1999, a Lei 10.639, que altera a Lei de Diretrizes e Bases – LDB no artigo 26, só foi sancionada pelo Ministro Cristovam Buarque e pelo Presidente Luis Inácio Lula da Silva em 09 de janeiro de 2003, surgindo como resposta do novo governo ao compromisso assumido em campanha de apoio às lutas da população negra. Posteriormente, foi criada uma pasta específica para assuntos relacionados à questão racial - a Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, em 23 de março de 2003.

A Lei causou inquietação no meio acadêmico. Para seu cumprimento era necessária uma alteração efetiva, tanto na grade curricular, quanto na já deficiente formação continuada dos docentes. A busca para suprir essa demanda promoveu o surgimento de livros, publicações, artigos e cursos de história e cultura Afro-brasileira. O reconhecimento da importância da Lei para a conscientização das diferenças e do preconceito evidentes no Brasil motivou simpósios, semanas acadêmicas e discussões em salas de aulas das universidades.

A real necessidade de um conhecimento maior do conteúdo, agora obrigatório, leva a diversos questionamentos, que, cremos, devem impulsionar mais em direção à prática, que aos constantes debates de fundo ideológico. Essa prática, no entanto, suscita algumas interrogações que permeiam o assunto: de que forma esse conteúdo será oferecido aos estudantes? Onde, como e quando encaixar mais esse tema aos inúmeros já existentes?

Ao sancionar a Lei, o governo desconsiderou a realidade e apenas procurou preencher uma lacuna incômoda, ou seja, cumprir finalidades políticas. Cabe ao professor lidar com a questão e fazer valer a nova determinação. Os debates sobre conteúdos programáticos tornaram-se cada vez mais acalorados. Os mais tradicionais refutam a idéia de seleção do conteúdo programático tradicional e os mais atentos buscam aplicar a Lei onde existir a oportunidade. Os dois grupos apresentam argumentos válidos, pois os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs dão total

liberdade de escolha aos docentes no que se refere aos temas que farão parte da disciplina em cada ano.

Faz parte do trabalho do docente saber o que pretende ensinar, diagnosticar o que os alunos sabem e pensam sobre o tema de estudo, definir suas intenções de ensino, escolher a atividade pedagógica adequada e o material didático pertinente para cada situação, avaliar as repercussões de suas intervenções e quais as dificuldades na aprendizagem.ⁱ

Após essa deliberação autônoma da instituição, o problema seguinte está no despreparo dos professores. Não cabe ao Estado se responsabilizar pela formação total e continuada dos docentes, no entanto, três anos depois de sancionada a Lei, cerca de 3.000 profissionais foram capacitados pelo Ministério da Educação, por cursos presenciais e não presenciais. Apesar disso, na maioria das escolas, públicas principalmente, a Lei não vem sendo aplicada. Essa realidade está permeada de raríssimas exceções.

Assim, já temos dois problemas decorrentes da Lei: onde encaixar o conteúdo e o despreparo dos professores. Podemos, ainda, levantar mais um: o que se considerar relevante para ser ensinado nas escolas? Um continente extenso, plural e antigo como o africano tem uma vasta história, como saber o que merece ser mencionado?

O aspecto mais presente nas aulas é o tráfico negreiro. Parte-se do pressuposto que é importante destacar as relações Brasil-África, mas o tráfico não se faz apenas no momento da embarcação até sua chegada ao destino. O precedente que o envolve é relevante.

Hebe Maria Mattos, em seu artigo “As relações Brasil-África no contexto do Atlântico Sul”ⁱⁱ, apresenta a escravidão já existente nas sociedades africanas. Essa escravidão, porém, não é a mesma que conhecemos. O escravo era uma propriedade adquirida por meio de guerras, expulsão da tribo, venda para obtenção de alimentos, seqüestros etc. Ao saírem dos seus locais de origem tornavam-se estrangeiros, mas podiam chegar a fazer parte da nova sociedade em que estavam inseridos. Eram dependentes do seu senhor, serviam como moedas de troca ou exerciam funções produtivas.

Esta era a principal característica da escravidão na maioria das sociedades da África pré-colonial, a escravidão doméstica ou de linhagem: ela era fundamentada na relação extremamente pessoal entre senhor e escravo, da qual derivava toda a inserção social deste último.ⁱⁱⁱ

A rede do tráfico também foi importante para a expansão islâmica, pois os escravos eram incorporados às comunidades mulçumanas que legitimavam a escravidão e os convertia ao Islamismo. Muitas capturas se deram em nome de uma “Guerra Santa”. Em outros casos, como no Sudão, a penetração do Islamismo foi pacífica, a partir do uso das rotas comerciais. Dessa forma, o Islamismo teve uma desigual propagação, motivada pelas diferentes formas de expansão escravista.

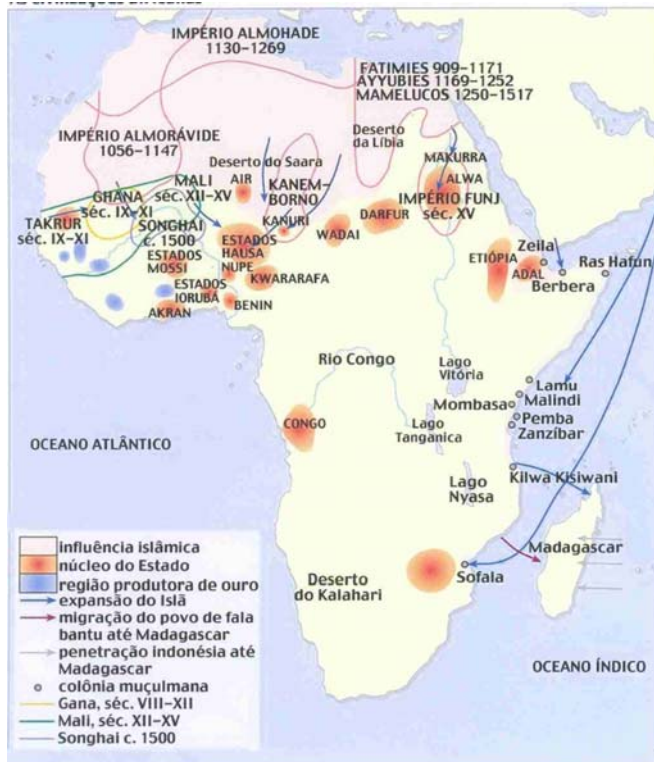
Ao admitir-se que existem no Continente africano os particularismos e afinidades necessárias para poder diferenciar uma África do Norte, branca ou mediterrânea, de uma África Negra ou subsaariana, freqüentemente esquecem-se ou menosprezam-se os contactos e relações intersaarianas e a incidência da religião muçulmana, assim como a língua e cultura árabes na África dos novos Estados, situada ao sul do deserto.^{iv}

A escravidão toma proporções nunca vistas na história com a chegada dos colonizadores europeus. Seus objetivos escravistas são diferentes, não envolvem tradições ou fome. Os africanos são levados para as colônias com a finalidade de servirem a seus senhores nas lavouras. Não integram sociedade nenhuma, são desconsiderados como humanos. Nesse aspecto o professor precisa ser cuidadoso, há que se fazer a distinção das diferenças entre o tráfico interno e o externo.

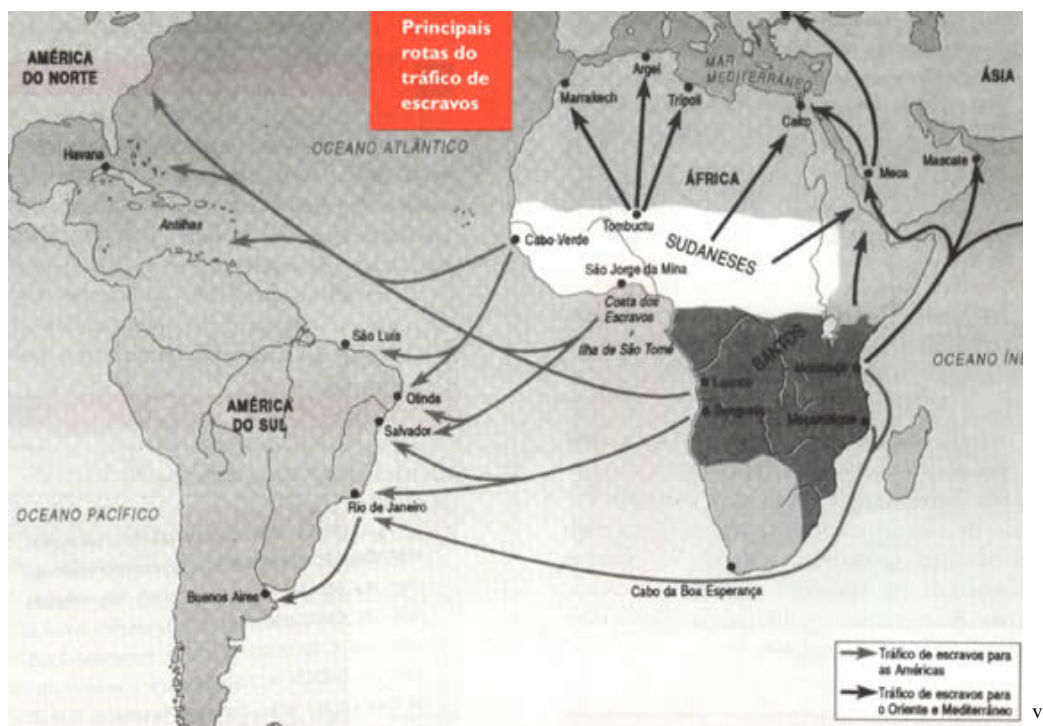
Os alunos devem compreender o processo de desumanização que envolve o tráfico negreiro fora da África, para não caírem na simplicidade da conclusão de que os africanos já eram escravizados e, portanto, não faz diferença do lugar onde isso se dá. Faz diferença sim e isso precisa ser ressaltado.

O estudo da África envolve ainda a necessidade de localização dos alunos. Os professores podem privilegiar mapas variados em detrimento dos tradicionais. Como tradicionais, citamos os três mapas mais presentes no ensino deste tema: o da partilha da África em 1880; o do período Pós 2ª Guerra Mundial; e o do Tráfico Atlântico. Uma busca rápida, não apenas em publicações, como também na internet, dá conta da existência de outros mapas que apresentam as diversas tribos africanas, destacando suas

características próprias, como formação tribal, especialização profissional, etc., assim como os que mostram as expedições colonizadoras e as rotas internas de tráfico, para citarmos apenas alguns exemplos. Seguem dois mapas para exemplificar a sugestão anterior, sendo o primeiro das civilizações africanas, com informações sobre a influência islâmica, as áreas produtoras de ouro, migrações etc.; e o segundo das principais rotas internas e externas do tráfico:



v



Sem dúvida será necessário que o docente empenhe um pouco mais do seu exíguo tempo na pesquisa dos materiais disponíveis visando à construção de suas aulas. Como sugestão, o site Klick Educação^{vii}, por exemplo, traz para os professores informações básicas sobre a África e dois mapas que podem ser utilizados em classe, por serem claros em suas informações. Neste mesmo sentido de orientação ao docente, a revista Nova Escola disponibilizou como ferramenta de apoio, na sua publicação de n.º187 de novembro de 2005, um excelente artigo intitulado “África de Todos Nós”.

Muitos outros meios podem ser considerados para a pesquisa, como livros e enciclopédias. O importante é que haja uma conscientização acerca da relevância do uso de materiais diversos para uma melhor compreensão do objeto de estudo, não só por parte do docente, como dos alunos também.

Outro tema pouco abordado é o verdadeiro motivo das disputas pelo continente. Marcelo Bittencourt, em seu artigo “Partilha, resistência e colonialismo”^{viii} cita uma “corrida pela África”, que a princípio se deu pela costa, mas que avançou devido às descobertas de ouro e diamantes.

Em 1867 dá-se a descoberta de diamante no Transvaal (África do Sul) e, em 1881, de ouro no Rand (também África do Sul) e de cobre na Rodésia (atual Zimbábue). Logo se inicia um período conturbado de disputas acirradas entre aventureiros de fortuna fácil. Acima de tudo, a repercussão dessas descobertas promove a alteração nas posturas desenvolvidas pelos poderes centrais europeus até aquele momento.^{ix}

Um ponto crucial relacionado à história da África que pode ser utilizado pelo professor como ponte para os dias atuais é o racismo. O racismo foi usado como discurso ideológico para dar legitimidade à dominação e continua presente até hoje nas mais diferentes formas de expressão.

Sua pior consequência seria a internalização pelo colonizado, da crença em sua inferioridade, aumentando a eficácia do mecanismo de dominação e devorando a vítima, pressionada pelo sistema colonial e pelos meios de reprodução do racismo.^x

O estudo da África envolve muitos outros temas a serem explorados. Existe a necessidade de conceituação de colonialismo, neocolonialismo e imperialismo; precisa-se destacar as Conferências de Berlim e de Bandung, em 1885 e 1955 respectivamente, importantes à história africana; os processos de emancipação; as diferentes lutas pela independência etc. Todos esses assuntos precisam ser relacionados com suas reais consequências para o mundo e em especial para o Brasil.

O que não se recomenda é a centralização na história européia, que destaca o tráfico externo e suas relações com a colonização, além da própria proibição com perdas econômicas para os países Europeus. Há uma constante necessidade de voltar o olhar histórico para de que forma essas relações alteraram a realidade africana e sua verdadeira importância na contribuição da construção da nossa nação.

Mais do que um olhar histórico, um mergulho na História do continente africano, mesmo que breve e objetivo, é uma necessidade latente para o docente tomar conhecimento do conteúdo que irá apresentar aos alunos. Os professores poderão aproveitar as ofertas de cursos, pós-graduações, palestras e publicações resultantes da discussão em torno da Lei e fazer uso dos novos aprendizados.

O material disponível vai além das novidades. Uma pesquisa em torno de temas como África, afro-descendentes e congêneres revelará ao docente que há muito existem

grupos preocupados com essas questões. A atuação dos movimentos negros e das frentes que militam contra a discriminação e o preconceito data das primeiras décadas do século passado. Há, por exemplo, a Frente Negra Brasileira – FNB, fundada em São Paulo no ano de 1931. Nas publicações especializadas, o primeiro jornal negro intitulado “O Menelick”, que deu origem a FNB, data de 1916. Já a Universidade Federal da Bahia – UFBA publica semestralmente, desde 1965, uma revista especializada em estudos relativos às populações africanas, asiáticas e seus descendentes no Brasil. A revista “Afro-Ásia” é resultado dos trabalhos desenvolvidos no Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA e tem seus artigos disponíveis na internet^{xi}. Portanto, uma revista especializada em África e que está há anos no mercado contradiz o discurso daqueles que afirmam “haver falta de material sobre o assunto”.

O docente ainda pode contar com uma variedade de notícias atuais sobre as condições da população africana. Muitas são as ONGs de atuação no continente africano, além de artistas e cantores que se mobilizam na arrecadação de fundos para o combate à fome e epidemias, fazendo uso da mídia como propagadora de suas propostas. Saber utilizar essa ferramenta para despertar o interesse dos alunos pode gerar uma motivação para estudos mais aprofundados. Qual a turma que não vai gostar de uma aula que tenha como trilha sonora o U2? Após a cantoria, desafinada na maioria das vezes, o professor pode começar perguntando o que a banda tem a ver com o continente africano e, com certeza, algum aluno saberá responder. Os jovens sempre seguiram tendências apresentadas por seus ídolos - pode ser na roupa, na cor do cabelo, no tipo de alimentação, nas músicas etc. Por que não incentivar que sigam os exemplos mais solidários?

Saindo do campo da história da África e direcionando o foco para a cultura Afro-brasileira, os professores dispõem de diversos mecanismos para a aplicação da Lei. Os livros didáticos estão em constantes revisões e atualizações para fortalecer e apresentar conteúdos que antes eram abordados superficialmente. Não foi alcançado o ideal de conteúdo e nunca será, pois o livro é apenas uma ferramenta de apoio. Ao educador é permitido o papel de autor e como tal, o próprio pode e deve produzir material

pedagógico de apoio para as questões não abordadas, ou que são mal abordadas no livro didático usado pela escola.

A cultura Afro-brasileira está presente em toda a nossa trajetória de formação de nação. O Brasil foi o país que mais recebeu escravos africanos e, após a abolição, a luta pelo reconhecimento na sociedade tem sido incessante. Falar em uma cultura Afro-brasileira implica abordar as lutas sociais, a miscigenação, a discriminação, o sincretismo e a contribuição cultural de um modo geral. O cuidado para não generalizar superficialmente a cultura Afro-brasileira deve ser constante, para não retomarmos as citações do início deste artigo como verdadeiras e definitivas.

Os objetos, a língua e o ritmo musical são definidos como africanos, não através de uma pesquisa cuidadosa, que ainda é rara, e sim, muitas vezes, por uma associação superficial, por semelhança ou por observação. “Parecer africano” ou “soar como africano” é, na verdade, o que torna algo “africano”.^{xii}

Outro fator importante é a bagagem cultural do aluno, que nunca deve ser descartada e sim aprimorada. A realidade que cerca os estudantes está repleta de influências Afro-brasileiras e cabe ao professor identificá-las e utilizá-las a favor da aula. Todos os dias os jovens entram em sala com alguma novidade ou história para contar. Seja o livro, a revista, a notícia, a visita a um museu ou, até mesmo, um caso da vizinha da rua de baixo. Tudo serve como ganchos para as temáticas que serão abordadas. Na verdade, o mais importante é despertar a curiosidade dos alunos para a busca de conhecimentos sobre a formação cultural própria e nacional.

Percebemos, neste breve comentário, que as possibilidades de cumprimento da Lei 10.639 não são poucas, corroborando a flexibilidade dos PCNs e a criatividade dos professores. Quanto às dificuldades, notamos que são as mesmas que permeiam o ofício do docente: um conteúdo extenso que, dadas às poucas horas dedicadas à disciplina de História no currículo, provoca um enxugamento danoso ao aprendizado, onde o privilégio dos temas mais “comuns” é notório; e, principalmente, a questão da formação continuada que, a nosso ver, é a mais difícil de ser sanada, uma vez que, para tal, seriam necessárias iniciativas transformadoras na política educacional no Brasil, valorizando o fazer do educador, tão desprestigiado social e economicamente na atualidade.

BIBLIOGRAFIA:

ARAÚJO, Joel de. RESENDE, Patrícia. Alforria Curricular através da lei 10.639. Revista Espaço Acadêmico, n.º30, novembro de 2003, in <http://www.espacoacademico.com.br/030/30caraujo.htm> Acessado em 21.08.2006.

BELTRAN, Luis. O Islã, a Cultura e a Língua Árabes na África Negra. Revista Afro-Ásia n.º.8, in http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n8_9_p41.pdf Acessado em 14/11/2006.

BITTENCOURT, Marcelo. Partilha, resistência e colonialismo. In: Beluce Bellucci. (Org.). Introdução à História da África e da Cultura Afro-Brasileira. Rio de Janeiro: CCBB/CEAA/UCAM, 2003.

DIAS, Lucimar Rocha. Quantos passos já foram dados? A questão da raça nas leis educacionais. Da LDB de 1961 a Lei 10639. Revista Espaço Acadêmico, n.º38, julho de 2004, in <http://www.espacoacademico.com.br/038/3cdias.htm> Acessado em 21/08/2006.

GENTILE, Paola. África de Todos Nós. Revista Nova Escola – Edição 187, nov/2005.

MATTOS, Hebe Maria; GRINBERG, Keila. As Relações Brasil-África no Contexto do Atlântico Sul. Escravidão, comércio e trocas culturais. In: Beluce Bellucci. (Org.). Introdução à História da África e da Cultura Afro-Brasileira. 1 ed. Rio de Janeiro: UCAM, CEAA, CCBB, 2003, v. 1

MEC, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: História (5ª a 8ª séries). Brasília, 1998.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática. In <http://www.scielo.br/pdf/eaa/v25n3/a03v25n3.pdf> Acessado em 21/08/06

RIBEIRO, Matilde. Por um país sem racismo. Revista História Viva – Edição Especial Temática n.º.3: Temas Brasileiros – Presença Negra. Duetto Editorial.

SANSONE, Livio. Da África ao Afro: Uso e Abuso da África entre os Intelectuais e na Cultura Popular Brasileira Durante o Século XX. Revista Afro-Ásia n.º.8, pág 267 in http://www.afroasia.ufba.br/pdf/27_5_daafrica.pdf Acessado em 17/11/2006.

TAVARES, Juliana. A cor da indignação. Revista História Viva – Edição Especial Temática n.º.3: Temas Brasileiros – Presença Negra. Duetto Editorial.

* Aluna de graduação em História da Universidade Gama Filho – UGF; Jornalista formada pela Universidade Tuiuti do Paraná – UTP; Especialista em Comunicação Audiovisual pela Pontifícia

Universidade Católica do Paraná – PUCPR; Participante do Curso de Extensão “História da África”, promovido em 2006 pela Universidade Federal Fluminense – UFF; Integrante do GT de Formação de Professores - Coordenação Prof. Dra. Sonia Nikitiuk - LEH/UFF. Contato: ap403angel@gmail.com

** Aluno de graduação em História da Universidade Gama Filho – UGF; Participante do Curso de Extensão “História da África”, promovido em 2006 pela Universidade Federal Fluminense – UFF; Integrante do GT de Formação de Professores - Coordenação Prof. Dra. Sonia Nikitiuk - LEH/UFF. Contato: duduribeiro@uol.com.br

ⁱ MEC, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: História (5ª a 8ª séries). Brasília, 1998, p.79.

ⁱⁱ MATTOS, Hebe Maria; GRINBERG, Keila. . As Relações Brasil-África no Contexto do Atlântico Sul. Escravidão, comércio e trocas culturais. In: Beluce Belucci. (Org.). Introdução à História da África e da Cultura Afro-Brasileira. 1 ed. Rio de Janeiro: UCAM, CEAA, CCBB, 2003, v. 1.

ⁱⁱⁱ Idem, p. 33

^{iv} BELTRAN, Luis. O Islã, a Cultura e a Língua Árabs na África Negra. Revista Afro-Ásia n.º.8, p. 41. In http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n8_9_p41.pdf Acessado em 14/11/2006.

^v <http://www.klickeducacao.com.br/2006/materia/55/display/0,5912,POR-55-67-772-1498,00.html>
Acessado em 05/12/2006

^{vi} http://www.libertaria.pro.br/brasil/capitulo04_index.htm Acessado em 05/12/2006

^{vii} <http://www.klickeducacao.com.br/2006/materia/55/display/0,5912,POR-55-67-772-,00.html> Acessado em 17/11/2006

^{viii} BITTENCOURT, Marcelo. Partilha, resistência e colonialismo. In: Beluce Bellucci. (Org.). Introdução à História da África e da Cultura Afro-Brasileira. Rio de Janeiro: CCBB/CEAA/UCAM, 2003.

^{ix} Idem, p. 72

^x Idem, p.86

^{xi} <http://www.afroasia.ufba.br/index.php> Acessado em 17/11/2006

^{xii} SANSONE, Livio. Da África ao Afro: Uso e Abuso da África entre os Intelectuais e na Cultura Popular Brasileira Durante o Século XX. Revista Afro-Ásia n.º.8, pág 267 in http://www.afroasia.ufba.br/pdf/27_5_daafrica.pdf Acessado em 17/11/2006.